



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 01

TERÇA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 14ª SESSÃO, EM 2 DE JANEIRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Presidente da República

Nºs 1 e 2/95 (nºs 1.260 e 1.266/94, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 - Comunicações da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 786, de 27 de dezembro de 1994, que altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que dispõe sobre a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo artigo 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

Recebimento do Ofício nº 3.879/94, do Banco Central do Brasil, encaminhando dados referentes às dívidas dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, disponíveis no Departamento da Dívida Pública do Banco Central do Brasil.

Renúncia dos Srs. Wilson Martins, Mário Covas, Almir Gabriel, Fernando Henrique Cardoso, Márcio Lacerda, Marco Maciel e Albano Franco, aos mandatos de Senador, em virtude de posse em outro cargo eletivo em 1º de janeiro de 1995.

Reassunção, nesta data, dos mandatos de Senador pelos Srs. Elcio Álvares, Beni Veras, Eva Blay e Ney Suassuna.

1.2.3 - Requerimento

Nº 1/95, de autoria do Sr. Pedro Simon, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 23, 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 1994. Votação adiada por falta de quorum.

1.2.4 - Comunicação

Do Sr. José Eduardo, informando seu afastamento do Senado Federal, a partir desta data, em virtude de posse no cargo de Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

1.2.5 - Leitura de Projeto

Projeto de Resolução nº 1, de 1995, de autoria da Comissão Diretora, que altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 48, de

1989, e dá outras providências.

1.2.6 - Comunicação da Presidência

Abertura de prazo, durante cinco sessões ordinárias, para o oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 1, de 1995.

1.2.7 - Ofício

Nº 1/95, do Sr. Ney Suassuna, comunicando sua assunção ao cargo de Senador, a partir desta data, em virtude da renúncia do Sr. Antonio Mariz.

1.2.8 - Requerimentos

Nº 2, de 1995, do Sr. Mansueto de Lavor, solicitando ao Ministro do Planejamento, Sr. José Serra, as informações que menciona.

Nº 3, de 1995, do Sr. Mansueto de Lavor, solicitando ao Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, as informações que menciona.

1.2.9 - Comunicação da Presidência

Presença, na Casa, do Sr. Joel de Hollanda Cordeiro, suplente convocado da representação do Estado de Pernambuco, em virtude da renúncia do titular Senador Marco Maciel.

1.2.10 - Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Joel de Hollanda Cordeiro

1.2.11 - Comunicação da Presidência

Presença, na Casa, do Sr. Marco Lúcio Trajano dos Santos, suplente convocado da representação do Estado do Mato Grosso do Sul, em virtude da renúncia do titular Senador Wilson Martins.

1.2.12 - Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Marco Lúcio Trajano dos Santos

1.2.13 - Comunicações

Dos Senadores Joel de Hollanda e Marco Lúcio, informando seus nomes parlamentares e que integrarão a bancada do Partido da Frente Liberal-PFL.

1.2.14 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Solenidade de posse do Sr. Albano Franco no Governo do Estado de Sergipe.

SENADOR NEY SUASSUNA - Saudando o novo ano e o novo Governo.

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal
ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

SENADOR RONAN TITO – Razões para apresentação de requerimento, solicitando da Mesa a lista de todos os parlamentares que tenham usado serviços do Centro Gráfico do Senador Federal.

SENADOR JACQUES SILVA – Expectativas gerais quanto aos novos Governos Federal e Estaduais, desejando S.Exa. que os respectivos governantes sejam capazes de responder com responsabilidade aos anseios da população.

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos

do artigo 174 do Regimento Interno.

1.2.16 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – MESA DIRETORA****3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 14ª Sessão, em 2 de janeiro de 1995****11ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Chagas Rodrigues***ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Henrique Almeida – Ney Suassuna – Chagas Rodrigues – Eduardo Suplicy – Jacques Silva – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Richa – Júlio Campos – Lourival Baptista – Mansueto de Lavor – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS****DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA***Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:*

Nº 1, de 1995 (nº 1.260/94, na origem), de 29 de dezembro último referente ao Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1992 (nº 3.105/92, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Nelson Carneiro, que regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão, sancionado e transformado na Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994; e

Nº 2, de 1995 (nº 1.266/94, na origem), de 29 de dezembro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1994 (nº

4.604/94, na Casa de origem), que inclui as categorias funcionais de auxiliares de Transporte, Administrativo, de Vigilância e Artesanato no Nível de Assistente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.972, de 29 de dezembro de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 786**, de 27 de dezembro de 1994, que altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985, que dispõe sobre a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares**

1. Cid Sabóia de Carvalho
2. Mansueto de Lavor
3. Lourival Baptista
4. Carlos De'Carli
5. Reginaldo Duarte

PMDB**PFL****PPR****PSDB****Suplentes**

1. Jacques Silva
2. César Dias
3. Alexandre Costa
4. Levy Dias
5. Joaquim Beato

6. Francisco Rollemberg	PMN	6.
7. Aureo Mello	PRN	7. Ney Maranhão
DEPUTADOS		
Titulares	BLOCO	Suplentes
1. Mussa Demeis	PMDB	1. Vilmar Rocha
2. Fernando Diniz	PPR	2. Geddel Vieira Lima
3. Marcelino Romano Machado	PSDB	3. Amaral Netto
4. Jaime Santana	PP	4. Ubiratan Aguiar
5. Mário de Oliveira	PDT	5. Augustinho Freitas
6. Carrion Júnior	PMN	6. Luiz Salomão
7. Jerônimo Reis		7. Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
Dia 2-1º-95 – Designação da Comissão Mista;
Dia 3-1º-95 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
Até 11-1º-95 – Prazo final da Comissão Mista;
Até 26-1º-95 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 3.879/94, de 29 de dezembro último, encaminhando dados referentes às dívidas dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, disponíveis no Departamento da Dívida Pública do Banco Central do Brasil.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência comunica ao Plenário terem renunciado aos mandatos de Senador, em virtude de posse em outro cargo eletivo em 1º de janeiro de 1995, os Srs. Senadores Wilson Martins, Mário Covas, Almir Gabriel, Fernando Henrique Cardoso, Márcio Lacerda, Marco Maciel e Albano Franco.

Serão adotadas as providências para a convocação dos Srs. Suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência comunica ao Plenário que reassumem o mandato nesta data os Srs. Senadores Elcio Alvares e Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência comunica ao Plenário que os Senadores Eva Blay e Ney Suassuna reassumem o mandato, nesta data, em decorrência da renúncia dos titulares, Senadores Fernando Henrique Cardoso e Antonio Mariz, respectivamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1, DE 1995

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 13, combinado com o art. 38 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam consideradas como licença autorizada minhas ausências aos trabalhos da Casa, nos dias 23, 26, 27, 28 e 29 de dezembro do corrente ano.

Brasília, 30 de dezembro de 1994. – Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A votação do

requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 1º de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, alínea b, do Regimento Interno, que a partir desta data, estarei me afastando do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que manifesto a minha opção pela renumeração do cargo de Senador da República.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e elevada consideração. – Senador José Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1995

Altera a redação do art. 1º da Resolução nº 48, de 1989, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Resolução nº 48, de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 3º Até o mês de junho de cada ano, será paga, como adiantamento da gratificação, metade da remuneração a que o servidor fizer jus."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Projeto que temos a honra de submeter à decisão dos ilustres membros da Casa tem por objetivo corrigir uma restrição introduzida pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 1989, que em seu art. 1º, § 3º, fixou que o servidor terá o direito, *no mês de junho de cada ano, ao adiantamento de metade da Gratificação de Natal*.

Em sua origem – Decreto-Lei nº 2.310, de 1986 – o adiantamento de metade da Gratificação de Natal é concedido aos funcionários civis e militares da União, dos Territórios e das autarquias federais, e aos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios e do Tribunal de Contas da União, *entre os meses de janeiro a novembro de cada ano*.

A aprovação do presente Projeto de Resolução amplia, portanto, o alcance da Resolução do Senado Federal nº 48, de 1989, deixando à Administração da Casa a competência para decidir, dentro do primeiro semestre de cada ano, o momento oportuno para a concessão do referido adiantamento, com dotação orçamentária própria, e elimina, assim, uma restrição não consagrada no Decreto-Lei que originou a norma para o Senado Federal.

Sala das Sessões, 2 de janeiro de 1995. – Chagas Rodrigues – Levy Dias – Nabor Júnior – Júnia Marise – Lourenberg Nunes Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco sessões

ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno. Findo este prazo, será despachado às comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OF. nº 1/95 – GNS

Brasília, 2 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Apraz-me comunicar a Vossa Excelência que, em virtude da renúncia do Exmº Sr. Antonio Mariz para assumir o Governo da Paraíba, estou assumindo o cargo de Senador, conforme Diploma expedido pelo TRE da Paraíba, já apresentando a essa Secretaria e que me habilita a esse honroso cargo.

Certo de sua melhor atenção ao assunto, renovo-lhe protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 2, DE 1995

Nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência o Sr. Ministro do Planejamento, Deputado José Serra, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre:

1. A crise mexicana e suas repercussões na economia, nas finanças e na política cambial brasileira.
2. Possíveis ajustes do Plano Real.
3. Políticas de empregos e de salários.
4. Política de preços e de contenção ao consumo.

5. Abertura às importações e fortalecimento da estrutura produtiva nacional.

6. Papel do Estado em face da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, 2 de janeiro de 1995. – Senador Mansuetto de Lavor.

REQUERIMENTO Nº 3, DE 1995

Nos termos do art. 397, I, do Regimento Interno, requeiro a convocação de Sua Excelência o Sr. Ministro da Fazenda, economista Pedro Malan, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre:

1. A crise mexicana e suas repercussões na economia, nas finanças e na política cambial brasileira.
2. Possíveis ajustes do Plano Real.
3. Políticas de empregos e de salários.
4. Política de preços e de contenção ao consumo.
5. Abertura às importações e fortalecimento da estrutura produtiva nacional.
6. Papel do Estado em face da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso.

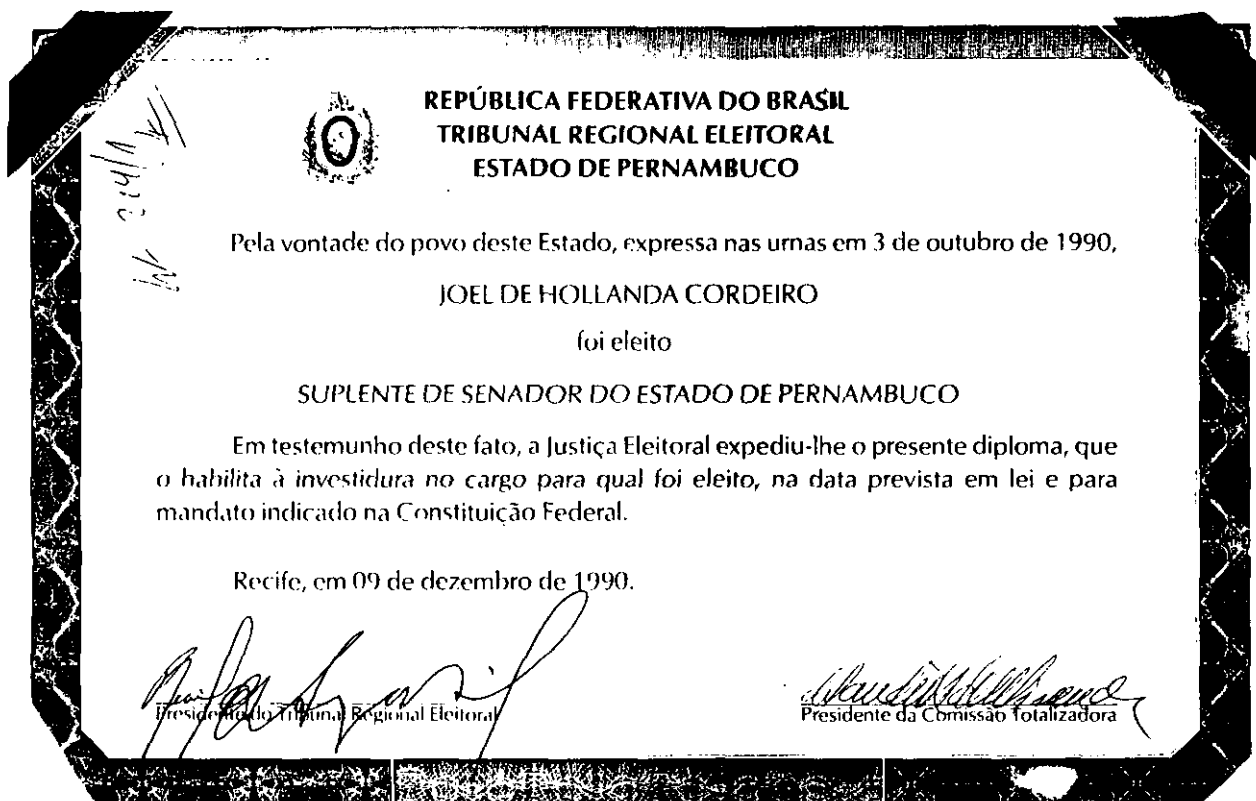
Sala das Sessões, 2 de janeiro de 1995. – Senador Mansuetto de Lavor.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Os requerimentos serão publicados e incluídos oportunamente em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, c, nº 9, do Regimento Interno.

Encontra-se na Casa o Sr. Joel de Hollanda, Suplente convocado da representação do Estado de Pernambuco, em virtude de renúncia do Titular, Senador Marco Maciel.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma enviado à Mesa:



O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Designo comissão, formada pelo Srs. Líderes Elcio Alvares, Jonas Pinheiro e Jacques Silva, para conduzir S. Exª ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

(O Sr. Joel de Hollanda Cordeiro é conduzido ao Plenário, e presta, junto à Mesa, o compromisso – os presentes deverão permanecer de pé.)

O SR. JOEL DE HOLLANDA CORDEIRO (PFL-PE) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a

integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)


O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Joel de Hollanda Cordeiro, que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa e do Congresso.

Encontra-se na Casa o Sr. Marco Lúcio, Suplente convocado da representação do Estado de Mato Grosso do Sul, em virtude de renúncia do Titular, Senador Wilson Martins.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma enviado à Mesa:

1992-11



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

DIPLOMA

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o disposto no Art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1.965), expede a favor do

Exmo. Sr. MARCO LÚCIO TRAJANO DOS SANTOS

eleito pelo(a) "ALIANÇA DEMOCRÁTICA" *(PMDB/PFL/PDT/PCB)*

na eleição realizada em 15 *de* dezembro *de* 1986 *o presente*

Diploma de Suplente de Senador *por ter obtido* 17.703 *votos, de total de* 1.434.415 *votos válidos apurados constantes da Ata Geral de Apuração.*

Campo Grande 04 *de* dezembro *de* 19 86

Assinatura e rubrica:

Desembargador GERVAL BERNARDINO DE SOUZA

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Designo comissão, formada pelos Srs. Senadores Mauro Benevides, Elcio Alvares e Jonas Pinheiro, para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

(O Sr. Marco Lúcio Trajano dos Santos é conduzido ao Plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso – os presentes deverão permanecer de pé.)

O SR. MARCO LÚCIO (PFL-MS) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Declaro empossado como Senador da República o Sr. Marco Lúcio Trajano dos Santos, que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa e do Congresso.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Em 2 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Pernambuco, em substituição ao Senador **Marco Maciel**, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da Frente Liberal – PFL.

Atenciosas saudações,

Joel de Holanda de Cordeiro. Assinatura por extenso.

Nome parlamentar: **Joel de Holanda**

Em 2 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Mato Grosso do Sul, em substituição ao Senador **Wilson Barbosa Martins**, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido da Frente Liberal – PFL.

Atenciosas saudações,

Marco Lúcio Trajano dos Santos. Assinatura por extenso.

Nome parlamentar: **Marco Lúcio**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, num dia festivo e esperançoso do Ano Novo, compartilhando deste importante momento da vida nacional, quando os novos governantes das diversas Unidades da Federação assumiram suas funções em cada Estado, acontecimento democrático este consolidado com a renovação do Governo no plano federal, participei ontem, dia 1º de janeiro de 1995, da posse e transmissão de cargo no Governo do Estado de Sergipe, quando o Governador João Alves Filho passou às mãos do Senador Albano Franco o cargo de Chefe do Poder Executivo Estadual, em solenidade muito concorrida e aclamada pela população que elegeu o novo Governador.

Sr. Presidente, ligado à política de Sergipe há quase cinquenta anos, foi para mim motivo de grande satisfação e entusiasmo assistir àquela solenidade, quando o Governante que deixava o

Governo do Estado apresentou na sua prestação de contas o balanço de suas realizações e o novo Governador firmou os seus propósitos e metas para os próximos quatro anos.

Tenho acompanhado e participado com muito interesse e empenho de cada acontecimento e realização importante para o progresso do Estado e a melhoria das condições de vida da população.

Naquela oportunidade, durante a posse do Governador Albano Franco, lancei os olhos de minha lembrança sobre o Estado de Sergipe da época em que lá cheguei, em setembro de 1943, e pude ver, em confronto com os dias de hoje, quanto o Estado se desenvolveu e se modernizou, pelo trabalho dos sergipanos e de seus Governantes, cada um deixando importantes contribuições ao trabalho dos seus sucessores.

No seu discurso, o Governador João Alves Filho sintetizou as metas alcançadas que satisfaziam plenamente o seu compromisso ao assumir o Governo do Estado há quatro anos.

E citou as importantes realizações na agricultura, com a ampliação do perímetro de terras irrigadas, incluindo o Platô de Neópolis, com a criação de milhares de novos empregos; o Projeto Chapéu de Couro, que ampliou a preservação e a utilização de recursos hídricos, com a construção de 1.700 km de adutoras, captando a água do Rio São Francisco; a implantação do Pólo Cloroquímico, a implantação de uma importante infra-estrutura de turismo, com a ampliação do aeroporto, hoje podendo receber aviões de qualquer porte, melhoria das estradas de acesso ao litoral; construção do complemento sergipano da Linha Verde, ligando Salvador à Aracaju pela beira-mar, reformas da orla marítima de Atalaia, talvez a mais bonita do Nordeste atualmente, incentivos para a melhoria da rede hoteleira e outras melhorias que farão do turismo a segunda maior receita do Estado, a construção do Porto de Aracaju, uma aspiração centenária do povo sergipano, pelo qual muito lutei; um aumento de 43% da matrícula da rede pública estadual, um programa de ação social de amplo atendimento às pessoas carentes desenvolvido pela sua esposa, Dr^a Maria do Carmo Nascimento Alves, e outras realizações que se refletem na elevação de índice de desempenho da economia do Estado, melhoria dos níveis de emprego, renda e qualidade de vida da população.

Segundo suas próprias palavras, o Governador João Alves Filho afirmou que Sergipe, passados quatro anos de seu Governo, tem "a maior renda **per capita** do Nordeste, o menor índice de mortalidade infantil, o menor índice de inadimplência do sistema bancário, total controle da cólera, a construção do porto mais competitivo das Regiões Norte-Nordeste, o único Estado a construir com recursos próprios, seu pólo cloroquímico, o que mais investiu em turismo e em fruticultura irrigada com recursos próprios, a maior extensão de adutoras do País, a capital com menor número de favelas, a maior densidade de esgotos e a melhor servida de água da região", concluindo com a sua máxima: "É com trabalho que se vencem crises".

E, finalmente, dirigindo-se ao novo Governador Albano Franco, disse estar entregando o Governo a mãos honradas de "um político sério, um empresário vitorioso, filho e pai de família exemplar. Homem testado e comprovado, com capacidade de trabalho, criatividade, disposição e competência." E que a árdua tarefa que iria enfrentar seria suavizada pela "presença a um tempo firme e meiga, constante e atenta, de Dona Leonor Franco, mulher de tempera, acostumada à luta, que galgou com méritos próprios escalões de grande importância, chegando a ser a primeira mulher sergipana a ser Ministra de Estado."

O Governador Albano Franco, muito aplaudido no seu pronunciamento como o novo Governador de Estado, lançou as bases

do seu Governo e fixou as prioridades que serão observadas nos próximos quatro anos, e que, certamente, farão de Sergipe um dos Estados mais promissores do Nordeste.

Retomando de Sergipe ontem à tarde, ainda pude participar da solenidade de posse e transmissão de cargo no Palácio do Planalto, quando o Presidente Itamar Franco, merecedor da gratidão nacional pelo muito que fez pelo nosso País, passou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o cargo de Presidente da República, que assumiu ungido pela confiança do povo brasileiro que espera seja este Governo uma marca de novos tempos de progresso e bem-estar para toda a nação brasileira.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, do discurso a que me referi, pronunciado no Palácio Olímpio Campos pelo Governador João Alves Filho e o pronunciamento feito na mesma oportunidade pelo Governador Albano Franco, em 01/01/95.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DISCURSO DO GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO NO PALÁCIO OLÍMPIO CAMPOS, NA SOLENIDADE DE POSSE DO DR. ALBANO DO PRADO FRANCO, EM 1º-1-1995.

A marcha do tempo é implacável. Lembro-me – parece que foi ontem – quando, há quase quatro anos, eu assumia o Governo, firmando com o povo sergipano o compromisso de servi-lo da melhor forma. Recordo-me bem da essência do plano que eu apresentava como proposta aos meus conterrâneos.

Naquela ocasião, eu sintetizei meu programa de Governo da seguinte forma: 1º) ações objetivas na agricultura com a dinamização das ações integradas do Projeto Chapéu de Couro; 2º) prioridade para a implantação do Pólo Cloroquímico e a construção de Distritos Industriais, localizados em áreas estratégicas; 3º) implantação de uma moderna e ágil indústria turística.

Entendo ser hoje a ocasião adequada para uma prestação de contas, de forma a mostrar que, no meu período de Governo, agi de forma coerente com as idéias expressas no dia da posse. Permitto-me, portanto, fazer uma análise detalhada, um a um, dos compromissos assumidos.

Agricultura

Conseguimos restaurar e ampliar os perímetros irrigados da Ribeira, Jacarecida, Jabiberi e Projeto Califórnia, onde foram implantados modernos sistemas de produção de alimento, sistemas estes que também respondem pela geração de milhares de empregos permanentes.

Implementamos um novo perímetro de irrigação, o Jacarecida II, em Malhador, que já se encontra com 40% das obras prontas.

Tivemos uma ação pioneira e ousada no Platô de Neópolis, onde uniram-se iniciativa privada e poder público para implantar, em uma das regiões mais pobres do Estado, um projeto de fruticultura irrigada de colossal potencial. Além de gerar 20 mil novos empregos diretos e indiretos, permanentes, o Platô de Neópolis é, hoje, o mais moderno projeto de irrigação do Norte-Nordeste brasileiros, utilizando tecnologia de ponta, transformando-se, por outro lado, em uma grande fonte de riquezas para o Tesouro do Estado, através dos novos impostos a serem recolhidos.

Acresce-se ainda o ponto fundamental de que com a parceria do setor privado, a este cabem 60% dos investimentos globais, além da operacionalização plena do projeto após sua conclusão. Desta forma há uma economia substancial dos recursos públicos, sem contar com a divisão de riscos e a capitalização da capacidade

gerencial e dinamismo próprio do setor privado.

Mantivemos ainda uma malha de atendimento ao pequeno produtor, através da distribuição de sementes selecionadas e do programa de ovinocaprinocultura, entre outras iniciativas de apoio ao agricultor, fixando-o à terra e dando-lhe condições de sobrevivência digna.

Projeto Chapéu de Couro

O Projeto Chapéu de Couro, objeto de elogios de entidades especializadas nacionais e internacionais, foi revitalizado, e através dele reiniciamos o processo de abertura de poços, construção de aguadas e implantação de cisternas. Por outro lado, totalizamos mais de 1.700 quilômetros de adutoras no Estado, formando a maior malha de todo o Nordeste – maior do que todo o resto de adutoras, do Nordeste inteiro, somado. Com o detalhe de que a água, que agora chega a todas as sedes municipais do Estado e a povoados com mais de 100 habitantes, ser tratada, com a mesma qualidade da água servida ao morador de Aracaju. (Para tanto, construímos duas moderníssimas estações de tratamento localizadas em Gararu e Amparo do São Francisco, que permitem o tratamento de toda a água transportada pelas adutoras Sertaneja e do Alto Sertão.)

Recebemos um elogio público da Unicef, conceituado órgão da ONU, que recomenda as ações realizadas em Sergipe para países similares ao nosso, tendo em vista que, por suas constatações, em Sergipe alcançou-se a menor taxa de mortalidade infantil no Nordeste, e o surto de cólera que assustou o País, especialmente o Norte e o Nordeste, foi mantido sob total controle, tanto que foram registrados apenas dois casos em outubro em nosso Estado, enquanto em outros Estados são milhares os atingidos por essa doença terrível.

Pólo Cloroquímico

Para explorar o imenso potencial mineral de nosso subsolo, montamos a infra-estrutura do Pólo Cloroquímico, que gerará milhares de empregos e garantirá recursos ao poder público para ampliar obras e ações de caráter social. Paralelamente, montamos cinco Distritos Industriais em municípios estratégicos, com o objetivo de dinamizar a potencialidade regional. Com o que possibilitaremos a multiplicação de micro, pequenas e médias empresas em nosso Estado, sabidamente grandes geradoras de empregos.

Para conseguir levar avante o Pólo, refizemos o projeto original, reduzindo os custos de forma a viabilizar a obra. E temos o orgulho de dizer que a implantação do Pólo foi feita com recursos próprios do Estado de Sergipe.

Trata-se de uma obra portentosa, de fôlego, que permitirá uma contínua, crescente e correta exploração dos recursos minerais do subsolo sergipano, e que contribuirá para a geração de milhares de empregos permanentes, diretos e indiretos, além de se constituir em importante fonte de receita para os cofres públicos, sobretudo quando construído ao lado de um dos portos mais modernos e competitivos do país.

Diretores da General Motors do Brasil, visitando os Estados do Nordeste para analisar um local onde erguer uma nova unidade de produção de seus veículos, chegaram a afirmar que, dos 12 Estados visitados em várias regiões brasileiras nos últimos meses, nenhum contava com uma infra-estrutura melhor para receber indústrias modernas, como Sergipe.

Turismo

No setor terciário, entendemos que o turismo é a grande promessa. Na verdade, o turismo é hoje, em todo o mundo, a segunda atividade econômica, geradora de empregos e riquezas, e com o detalhe de ser uma atividade cuja renda é democraticamente

com o detalhe de ser uma atividade cuja renda é democraticamente distribuída.

Para que pudéssemos efetivamente utilizar o turismo como fonte de empregos e riquezas, a primeira providência era adequar nosso aeroporto. O desafio de ampliar a pista, desmontando o colossal morro que obstruía a melhoria, foi encarado e vencido em meu governo. Foram investidos mais de US\$18 milhões na obra, com recursos próprios. Para se avaliar a dimensão do desafio enfrentado, que mereceu rasgados elogios do próprio ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Lélío Lôbo, a terra retirada da área, se colocada em caçambas, e essas em fila indiana, o comboio cobriria a extensão de Aracaju à divisa do Brasil com o Uruguai. Hoje, nosso aeroporto, com mais 500 metros de pista, aceita operações de aeronaves de qualquer porte. Fizemos ainda uma nova estação de passageiros, com espaços para a Fazenda Nacional e a Polícia Federal, com o que viabilizamos vôos internacionais. O acesso ao aeroporto se faz agora por bela e segura avenida, construída para esse fim.

Implantamos o Trem Turístico, ligando Aracaju a São Cristóvão, (e consolidamo-nos como terceiro Estado do Brasil a incrementar o turismo ferroviário.)

Entregamos seis catamarãs, para que turistas e residentes tenham acesso a nossos magníficos manguezais, à beleza dos estuários de nossos rios e à nossa orla deslumbrante.

A Rua 24 Horas, segunda do gênero no país, foi entregue para revitalizar o comércio no centro da cidade e criar nova alternativa turística. São 450 empregos novos e uma nova opção para visitantes. Sobre essa iniciativa, é interessante ressaltar que ela acompanha uma tendência observada em todo o mundo, especialmente nas grandes capitais: a de revitalizar os centros comerciais urbanos. No caso sergipano, não se pode negar a audácia de um projeto do porte da Rua 24 Horas, que além dos empregos diretos gerará centenas de empregos indiretos.

Fizemos o acesso asfaltado a Pirambu, para franquear as magníficas praias do Litoral Norte a mais gente. Construímos a Rodovia Ayrton Senna, trecho sergipano da Linha Verde, que liga Aracaju a Salvador totalmente pela orla e que será, em breve espaço, a mais importante via do turismo no Brasil. Já começam a aparecer os primeiros investimentos hoteleiros de porte voltados para o turismo de lazer, gerando milhares de empregos.

O Projeto Orla mudou a face da Atalaia, outrora nossa cartão postal e, recentemente, desfigurada, abandonada, desprezada. O Projeto Orla fez da Atalaia uma das praias mais bonitas do Brasil e, disparadamente, a mais bonita do Nordeste, já sendo um grande centro de atração de turistas, do país e do exterior.

Graças a contrato assinado em Washington dia 12-12-94, com o BID, que financiará o Prodetur - Programa de Turismo Integrado do Nordeste -, teremos recursos para, entre outras obras, construir um novo Mercado Público, urbanizar a Rodovia José Sarney, que passará a dispor de água e luz fartas, construir uma rodovia que ligará o novo Porto de Sergipe a Pirambu, e daí à foz do Rio São Francisco, construir o novo e moderno aeroporto de Aracaju e terminar a obra de contenção do avanço das águas na Coroa do Meio.

Retomamos o Hotel Palace de Aracaju, com o intuito de montar um Hotel-escola no Estado, o segundo na região Nordeste. O processo de negociação com o Sesc já está na fase final, devendo nos próximos dias ser iniciado o trabalho, que se propõe a formar mão-de-obra altamente especializada na área, com efeito multiplicador extraordinário.

Hoje, o resultado dessa ação no setor turístico pode ser medido pela forma mais prática e fácil: os hotéis de Aracaju mostram níveis de ocupação jamais observados em toda a sua história.

Comparando, portanto, os compromissos assumidos no discurso de posse, um a um, com as respectivas realizações ao longo de nosso período de Governo, temos a felicidade de constatar que cumprimos, *ipsis literis*, todas as promessas. Com efeito, nosso objetivo síntese era criar novas fronteiras econômicas para nosso Estado, gerando riquezas permanentes e, sobretudo, empregos para nossos jovens que a cada ano buscam o mercado de trabalho.

O que fazer, então, para gerar pelo menos 20 mil novos empregos para os jovens que chegam ano a ano à idade de trabalhar?

A resposta para esse problema está exatamente na abertura de novas fronteiras econômicas, incentivando o empresariado a investir. Para que se tenha uma idéia do acerto desse caminho, dentro de cinco anos, teremos mais de 50.000 pessoas trabalhando em perímetros irrigados, gente trabalhando em agricultura irrigada tanto quanto o número de funcionários públicos estaduais.

Por outro lado, não é excesso de otimismo prever que, lá pelo ano 2.000, o turismo será a segunda fonte de renda do Estado, com dezenas de milhares de empregos. Este, ao meu ver, será um amplo e alvissareiro fenômeno nordestino, com o amadurecimento do Prodetur. Afinal, foi assim no Caribe, é assim na Europa e em várias outras regiões do mundo.

É verdade que costumo ser um otimista inveterado, daqueles "de carteirinha". Mas, no que diz respeito a Sergipe, meu otimismo é baseado em fatos irrefutáveis. E por falar em otimismo, não podemos omitir aquela que foi a obra do século: o Porto de Sergipe.

O Porto Ignácio Barboza, sonho que fez a capital ser transferida de São Cristóvão para Aracaju, atravessou 139 anos, sem que se conseguisse executá-lo. Foi alvo de campanhas memoráveis, mobilizando todos os grandes líderes do Estado, mas nunca saía do papel. Para contornar o problema, no meu primeiro governo foi contratada uma empresa de consultoria especializada, para viabilizar um projeto que aliasse a exequidade técnica e financeira.

Com o novo projeto, iniciamos os contatos fundamentais. Devemos realçar a extraordinária boa vontade do então Presidente José Sarney que nos deu a concessão portuária e a presença da Petrobrás, sem a qual jamais teríamos tido recursos para executar a obra.

O Porto é uma solução de engenharia que viabilizou sua construção, com um volume de despesa bastante menor do que a sugestão inicial que embora houvesse recebido a aprovação técnica da Petrobrás, era inviável financeiramente.

Agora, aí temos a realidade majestosa de um porto moderno, seguro, operado na condição de porto privativo, através da Vale do Rio Doce, o que lhe caracteriza consideráveis vantagens em relação a outros portos da região, e do país. A condição de ser porto privado foi conseguida através de demorada negociação junto ao Ministério dos Transportes, apesar da férrea oposição do Sindicato dos Estivadores.

Nosso Porto é, sem qualquer dúvida, um avanço rumo à dinamização de mais negócios, no Brasil e no exterior, além de ser, também ele, importante ferramenta de alavancagem da atividade turística. Cabe aqui ressaltar a importância da complementariedade magnífica do sistema Pólo-Porto, pois poucos portos do país oferecem condições tão privilegiadas, em termos de vantagens competitivas. Especialmente por sua excepcional área anexa, apta a receber a implantação de um moderno parque industrial, representado pelo Pólo Cloroquímico, inaugurado em 20-12-94.

Haveria tanto ainda a falar: por exemplo, sobre educação, cujo número de matrículas aumentamos em 43% na rede pública estadual. Para que se tenha uma idéia, o quadriênio anterior ao nosso acresceu apenas 6% de vagas na rede pública. Na saúde pública, por sua vez, fizemos 77 obras, em 50 municípios, entre Cen-

tros de Saúde, Unidades Mistas e Hospitais (incluindo-se a duplicação do Hospital João Alves). Na segurança pública, onde inclusive enfrentamos uma malta de criminosos que ameaçava o sertão. Na minha amada cultura, e eterna cultura, qual não deixamos um único espaço sem restaurar inteiramente. Mas não falei disso tudo e de muito mais, para não cansar o auditório.

Permitam-me, contudo, falar um pouco sobre a área social, já que não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem se abranger o social. Tanto é que alcançamos o patamar da 9ª economia do mundo, enquanto ocupamos o humilhante 59º lugar na classificação de qualidade de vida, segundo dados da ONU.

A ação social de meu Governo teve a coordenação de minha mulher, Maria do Carmo, que se entregou de corpo e alma à tarefa de dar um pouco mais a quem praticamente nada tinha. Foi um trabalho estafante, que não conhecia domingos ou feriados, e que tinha como recompensa tão-somente o olhar agradecido e o sorriso feliz das pessoas a quem uma equipe de abnegados da Secretaria da Ação Social, sempre sob a coordenação de Maria, atendia.

O Pró-Mulher, esse programa audacioso e pioneiro, que recebeu elogios e prêmios até de organismos internacionais, superou a casa de 150 mil mulheres atendidas. Mulheres muitas das quais jamais tinham ido a um médico na vida. Mulheres pobres, das camadas mais carentes do Estado, que jamais haviam sido submetidas a um exame, ainda que preventivo. Podemos afirmar, baseados em dados estatísticos levantados criteriosamente, que o programa literalmente salvou a vida de milhares de mulheres, cujo câncer, diagnosticado a tempo, foi tratado e curado.

O trabalho de desfavelamento em Aracaju, especialmente na periferia da capital, foi outra obra de vulto. Hoje, o IBGE aponta Sergipe como um dos dois Estados brasileiros que registra menor número de favelas. Mas só Deus sabe o trabalho, que foi levar avante a missão de dar um teto digno a milhares de famílias carentes. São mais de quatro mil as famílias alcançadas pelo humanitário programa.

Hoje, fazendo um retrospecto do nosso trabalho ao longo dos últimos quatro anos, confesso haver sido aquilo que mais me gratificou foi provar, mais uma vez, e de modo prático, que não cabe para o Brasil, uma nação de jovens que se incorporam à base de dois milhões por ano ao mercado de trabalho, uma política recessiva.

A nossa opção é e haverá de ser, ainda durante muitos anos, a trilha do desenvolvimento.

Não é sonho. É perfeitamente factível.

Sergipe, nesse quadriênio, foi um excelente exemplo dessa tese, e os fatos estão aí para atestar: a maior renda *per capita* do Nordeste, o menor índice de mortalidade infantil, o menor índice de inadimplência do sistema bancário, total controle da cólera, a construção do Porto mais competitivo da região Norte-Nordeste, o único Estado a construir, com recursos próprios, seu Pólo Cloro-químico, o que mais investiu em turismo, o que mais investiu, com recursos próprios, em fruticultura irrigada; a maior extensão em adutoras do país, a capital com menor número de favelas, a maior densidade de esgotos e a melhor servida de água da região. Isso tudo foi possível, com muita garra, fé e convicção. Reafirmo que é com trabalho que se vencem crises.

Quem me ouve falar assim sobre meu governo talvez se questione, e com razão: será que esse João Alves só tem gratas recordações?

Na verdade, não foi bem assim. É que sou um otimista inveterado e incorrigível. Maria, que alia a condição de esposa à de confidente, costuma afirmar que eu tenho a mania de só me lembrar das coisas boas, e tenho facilidade em me esquecer dos mo-

mentos ruins, dos eventuais fracassos. Ela tem lá suas razões e, no que me diz respeito, aliás, agradeço ser assim mesmo.

Deus me poupou dos sentimentos de pessimismo, de ódio, da desesperança, das frustrações, das mágoas. Pelo contrário, meu combustível principal é o desafio de novas realizações. Quanto aos fracassos, tenho-os e não são poucos. Mas, na realidade, depois de aprender com suas lições, esqueço-os e não me deixo frustrar por conta deles. Parto para novas lutas, rejuvenescido e entusiasmado.

E é essa a principal mensagem que gostaria de deixar para todos, especialmente aos jovens. Aqueles aos quais estará confiada a tarefa de conduzir este país ao lugar que lhe compete, de grande Nação, poderosa e respeitada em todo o mundo. É preciso que os jovens, os moços e as moças, compreendam que este país é grande, como grande é seu povo. Que ele tem caminhos que só a ele estão disponíveis. Basta haver vontade, força, crença e confiança para chegarmos lá. Mas haverá de ser pelas mãos dos jovens.

Embora possa parecer extemporâneo tratar desse assunto em um discurso de transmissão de cargo de Governo, faço-o consciente de que não há assunto mais importante no Brasil de hoje, particularmente em Sergipe, do que a renovação da nossa classe política. E só se pode pensar em renovação se conseguirmos reacender no coração de nossa juventude o interesse em participar da vida pública.

A propósito, recordo-me de um fato de nossa história recente, que diz bem dessa importância. A famosa jornalista italiana Oriana Falacci conversava com o antes tão poderoso Xá do Irã, na última entrevista que ele concedeu antes de sua queda.

E ela perguntou-lhe o porquê de um imperador tão forte, tão rico, que conseguira formar o exército mais numeroso e melhor adestrado do Oriente, além da economia mais portentosa entre os multimilionários países produtores de petróleo de então, estar sendo derrubado do poder, por um sacerdote senil, exilado na distante Paris, de onde se limitava a enviar mensagens gravadas, distribuídas clandestinamente entre seu povo.

Narra Oriana que, depois de uma breve reflexão, Reza Pahlavi lhe respondeu, com a voz embargada: "É que eu não me dei conta de que, desde que se disponha de recursos, é possível se implantar um parque industrial em até um ano. Mas, para se formar líder para uma Nação, precisa-se de pelo menos uma geração. Não me haver preocupado com a sua preparação foi meu erro fatal".

Por sua vez, o maior erro do nosso regime militar foi haver inviabilizado a prática da política estudantil e, com isso, a frustração da renovação da classe política brasileira. Agravou-se ainda o fato de, nesse longo período de 20 anos, haver se inoculado na mente dos brasileiros o desdém pelo papel do político na sociedade.

Com efeito, veio a redemocratização, mas não nos recuperamos desse mal e o fato é que a nossa juventude não se sente motivada para ingressar na política. No mínimo ela é indiferente com a classe e o normal é o desprezo pelos políticos. Desconhece-se o papel insubstituível da classe política em uma sociedade democrática e não há a mínima motivação de nela se integrar e levar-lhe o oxigênio vital da renovação.

Nisso tudo há um grave risco: vale lembrar que há uma regra infalível: o poder não fica vazio, e essa omissão poderá levar incapazes a assumir.

Que não persista dúvida alguma: sem uma boa formação política, uma sociedade democrática se desintegrará.

Não obstante meu incorrigível espírito otimista, não posso deixar de manifestar que esta é a maior das minhas preocupações, menos como governador que encerra sua missão, antes como sergipano que se lembra do célebre ensinamento de Carlyle: "A história dos povos é a história de seus líderes".

Por fim, uma palavra de todos os meus conterrâneos. Entrego o Governo às mãos honradas de Albano Franco. Um político sério, um empresário vitorioso, filho e pai de família exemplar. Homem testado e comprovado, com capacidade de trabalho, criatividade, disposição e competência. *Honra-me transmitir-lhe o cargo. E agradeço a Deus ter feito de Albano o nosso novo governador, porque ele – como eu – sabe que Sergipe merece o maior e o melhor de nossos esforços para oferecer à sua gente melhor qualidade de vida.*

Tenho mais do que fé. Tenho certeza de que, com Albano Franco, *Sergipe seguirá sempre em frente e sempre olhando altaneiramente para um futuro maior e melhor, que está próximo, e que haveremos de conquistar, para cristalizar a posição de liderança que hoje ostentamos.*

Maria do Carmo e eu sabemos, inclusive, que muito da árdua tarefa que espera Albano será suavizada pela presença, a um tempo firme e meiga, constante e atenta, de dona Leonor Franco; mulher de tempera, acostumada à luta, galgou com méritos próprios escalões de grande importância, chegando a ser a primeira mulher sergipana a ser Ministra de Estado. A companheira ideal para um homem de lutas, como Albano.

Quanto a mim, volto às minhas atividades privadas, procurando de outro front contribuir para o engrandecimento desse meu querido Sergipe.

Retorno ao seio da minha querida família, para dedicar mais tempo à minha Maria, aos meus queridos filhos e genro, Cristina, Ana, João e Amorim.

Mas não cultivo ilusões, porque conheço o meu espírito irrequieto. Afinal a natureza me fez assim...

Continuarei a sonhar novos sonhos, a entender que a vida só vale a pena ser vivida, quando se tem desafios a enfrentar e renovadas metas a cumprir.

Penso como Cervantes: "a estrada é sempre melhor do que a estalagem". Por isso me despeço do meu povo com as palavras do poeta Robert Frost: "o bosque é denso, belo e sombreado. Mas eu tenho promessas a cumprir e milhas a vencer, para só então dormir..."

Somos um Estado pronto para crescer. Estamos preparados. E, com as graças do bom Deus, entregue a mãos capazes.

Muito obrigado a todos.

Senhor Governador,

Estou aqui para destacar a contribuição de Vossa Excelência para o desenvolvimento de Sergipe. A criatividade de seu primeiro governo, dobrando o canto agourento da seca, para descobrir, captar, armazenar e distribuir água, é um capítulo exemplar da administração pública sergipana.

A síndrome da seca acabou, a água corre límpida e limpa nas adutoras, centenas de quilômetros, para irrigar a terra, fertilizando-a, ou para aplacar a sede de populações inteiras.

Bastaria o esforço de minimizar os efeitos da seca, preparando a terra e o homem para a convivência cíclica com esse fenômeno da natureza, para inserir o nome e os governos de Vossa Excelência na galeria das grandes realizações.

Tomando apenas este componente para simbolizar tudo o que de criativo, empreendedor e necessário Vossa Excelência realizou, como governador de Sergipe, quero cumprimentá-lo como seu sucessor, esperando poder continuar com a obra de governo, na sequência da mesma luta contra o atraso, contra a miséria, contra a fome que a todos humilha.

Desejo a Vossa Excelência e a toda a sua família, a qual saúdo na pessoa especial de Dr^a Maria do Carmo, exemplo de solidária dedicação aos necessitados, na vocação cristã de amar ao próximo, todas as felicidades. O povo sergipano espera continuar

contando com Vossas Excelências.

• Senhoras e Senhores,

É honroso ser governador eleito pelo povo, consagrado, livre e soberanamente, nas urnas. Mas, para chegar até aqui abri mão do mandato de senador, abandonei, igualmente determinado, a presidência da Confederação Nacional da Indústria. Não fiz isso por orgulho, conveniência ou vaidade. Pelo contrário, deixei a comodidade e o aplauso de lado, optei pelo desconforto da luta. Em vez da consagração dos cargos nacionalmente exercidos, escolhi o desafio maior de governar Sergipe, superar dificuldades, trabalhar mais de perto pelo povo sergipano. Ouvido o coração, escutada a consciência, não tenho dúvida que fiz a opção certa, corajosa, digna, definitiva.

Sergipe é suficientemente pequeno para ser laboratório de ousadas experiências econômicas e sociais. E não é suficientemente grande para que não possa ser bem governado. É uma honra governar Sergipe, principalmente quando se está certo, como estou que a sociedade gosta de cooperar com os governantes. A sociedade sempre coopera com aqueles que a ouvem, prestigiam e acreditam nela.

Sergipe, chão sagrado, é de todos na medida em que cada sergipano, como é, onde estiver, contribui para o desenvolvimento. Desenvolvimento quantitativo, soma de bens e serviços. Desenvolvimento qualitativo, ou seja, vida melhor, nova consciência, maneira humana de ser e de viver. O sergipano pode ser adversário do outro e não inimigo, pode divergir em tudo, menos no propósito comum de acelerar o progresso, acabar com a violência, humanizar a economia, realizar a justiça social. Servir a Sergipe, nesta hora, não é querer e exigir muito dele, é dar ao Estado tudo o que ele reclama, precisa e merece.

Sergipe é rico, pobre é o povo. Isso precisa mudar logo, com urgência. Vamos, todos juntos, trabalhar com o povo, aprender com ele. Unidos, fortes, iguais, nada nos deterá. O futuro é agora. E o é porque, sob as bênçãos de Deus, o Governador e o povo glorificam as alturas, crêem no trabalho e no entendimento, acreditam na paz que, na terra, ilumina os corações de boa-vontade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, honrado, retorno a esta Casa, onde tanto aprendi, representado o meu Estado da Paraíba, e esperando poder continuar o meu aprendizado com V. Ex^{as}.

O ano de 1995 se inicia, e, creio, se inicia também uma era nova para o nosso País. Contamos com a esperança, a confiança e a fé de todos os 150 milhões de brasileiros para que o País dê esse salto.

Aproveito a tribuna para desejar a todos esses brasileiros, esse povo especial, esse povo maravilhoso, sofrido e trabalhador, a realização, a partir de 1995, de todos os seus sonhos e a consolidação de todas as suas esperanças.

Auguro também ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe todo o sucesso que tanto deseja o nosso povo.

Daqui desta tribuna, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, também estendo os meus votos de felicidade, sucesso, progresso ao glorioso, heróico e bravo povo paraibano, que passa, a partir deste ano, a ser comandado pelo probo e competente Governador Antonio Mariz, nosso companheiro de Senado até poucos dias atrás.

Encerro a minha oração dando vivas ao otimismo, dando vivas à esperança, dando vivas às ações que, tenho certeza, tomar-

se-ão realidade e que haverão de consolidar a estrofe do nosso Hino Nacional em que reza "Brasil, florão da América", na certeza de que a partir de agora não seremos só florão da América, mas seremos até muito mais, seremos florão de tropa na comunidade das nações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Consulto se alguns dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive consultando os assessores desta Casa sobre um requerimento que quero endereçar à Mesa.

O requerimento é para que a Mesa me forneça o nome de todos os Parlamentares que fizeram uso da Gráfica de 1º de janeiro de 1994 até a data das eleições.

Entendo que temos que tomar isso público para que não caia sobre a cabeça de Humberto Lucena essa espada de Dâmocles que foi dependurada a partir de uma regulamentação da Lei Eleitoral.

O Sr. Márcio Lacerda pediu esclarecimentos ao Superior Tribunal Eleitoral sobre a aplicação dessa lei e, baseado em esclarecimentos deste Tribunal, cometeram crime – se cometeram – todos aqueles que usaram a Gráfica no período eleitoral, não importa se para imprimir um calendário, um discurso, um livro ou o que quer que seja. A regulamentação é clara.

Precisamos de vez esclarecer ao povo brasileiro, através da imprensa, fornecendo-lhe o nome de todos aqueles que se utilizaram da Gráfica no período pré-eleitoral.

E, depois disso, Sr. Presidente, o Congresso Nacional também deve se conscientizar de que é necessário modificar o Regulamento em decreto legislativo ou não. Apenas o que não se pode, o que não se deve é continuar elegendo um bode expiatório para tudo o que acontece aqui.

O Sr. Ney Suassuna – Senador Ronan Tito, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RONAN TITO – Ouço com prazer o Senador Ney Suassuna, cujo retorno a esta Casa registro com muita alegria. Quantas vezes tivemos lutas comuns e é uma alegria revê-lo na nossa Bancada e principalmente atuando aqui no Senado Federal.

O Sr. Ney Suassuna – Nobre Senador Ronan Tito, solicito o aparte para lembrar que a expressão usada no acórdão não é "período eleitoral", é "ano eleitoral". E isso cria inclusive um problema para cerca de 192 Parlamentares, como o Governador de São Paulo, que também fez uma publicação que trazia: "Covas 94". A publicação do Senador Humberto Lucena trazia uma mensagem voltada à Nação e não ao povo paraibano. O Senador Humberto Lucena havia solicitado esta publicação – o calendário – em 1993, quando sequer cogitava candidatar-se a Governador. Isso só ocorreu posteriormente. O Senador Humberto Lucena é um homem probo; conheço S. Exª há 40 anos, desde quando meu pai, como militante, apoiava o jovem Deputado Estadual Humberto Lucena. É um homem que toda a Paraíba conhece, que todo o Brasil conhece. Não entendo por que e a serviço de quem essa injustiça. Ontem, na posse do Governador Antonio Mariz – à qual Humberto Lucena não pôde estar presente porque tinha de estar aqui no Congresso Nacional presidindo o ato de posse do Presidente da República –, quando o nome "Humberto Lucena" foi mencionado pelo Governador Antonio Mariz aconteceu uma verdadeira ovação. Toda a Paraíba está coberta de faixas em que se apela para a certeza de que Humberto Lucena será anistiado de um crime que

não cometeu e espera-se que seja feita a justiça e os reparos à imagem de um homem probo, reto e honesto. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO – Quem agradece sou eu, nobre Senador Ney Suassuna. Na verdade, o julgamento da figura humana e do político Humberto Lucena se deu nas eleições, quem julga o homem público é o povo.

Outro dia, vi um político, até experimentado, sendo entrevistado num canal de televisão – canal oficial –, quando o jornalista disse: "Mas o povo está pensando isto, assim, assim". O político respondeu à pergunta e o jornalista novamente retornou dizendo: "Mas, o povo...".

Há uma confusão muito grande. A imprensa pensa que pode falar em nome do povo; não pode. Quem fala em nome do povo somos nós que recebemos um mandato. Quem fala em nome do povo não é jornalista. Jornalista tem a obrigação de levar a nossa mensagem, a mensagem dos representantes do povo, para o povo e narrar os acontecimentos.

O Senador Humberto Lucena foi envenenado de maneira extraordinária pela imprensa nacional. Esse fato nasceu verdadeiramente de uma lei, no meu entendimento, equivocada.

Quero que o povo brasileiro saiba que é comum, é rotineiro, é tradicional os parlamentares usarem a Gráfica do Senado Federal para a divulgação de suas idéias, de suas mensagens de Natal, etc. E aí lembro-me do Direito Consuetudinário, o Direito inglês, o Direito dos costumes. O que é o Direito? O Direito é aquilo que costumemente se repete e que a sociedade aceita.

Existe o Congresso Nacional. E o que faz a Gráfica além de publicar o *Diário do Congresso*, de publicar nossos discursos? A Gráfica também existe para divulgar o que os parlamentares aqui produzem, pois, muitas vezes, dado o grande número de parlamentares e o pouco espaço na mídia, o que é aqui realizado não chega às bases dos Senadores e Deputados.

É comum, é rotineiro e é desejável até que o parlamentar, após fazer um pronunciamento, retire-o dos Anais, faça sua impressão na Gráfica e depois o remeta aos seus eleitores como uma forma de prestar contas do que está fazendo no Congresso Nacional.

De repente, por um equívoco, no meu entendimento, isso virou crime. E um crime em que estão querendo submeter apenas um homem: o Senador Humberto Lucena, Presidente do Congresso Nacional.

Temos, portanto, de apurar toda a verdade e mostrar que todos os parlamentares, rotineiramente, fazem uso da Gráfica. E, segundo entendo, fazem uso legítimo da Gráfica, pois ela existe para isso.

Sendo assim, temos que escoimar mais esse engano que foi difundido pela mídia.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Exª mais um aparte?

O SR. RONAN TITO – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ney Suassuna – Senador Ronan Tito, gostaria apenas de fazer uma complementação. O art. 1º da Constituição diz que todo poder emana do povo. O povo elegeu Humberto Lucena. São os mesmos votos que elegeram Ronaldo Cunha Lima e Antonio Mariz. São válidos, portanto, para os outros dois, mas não valem para Humberto Lucena. Se esse ato vergonhoso e se essa injustiça forem levados adiante, criar-se-á uma regra incrível: o derrotado será empossado. Hoje, encontramos em todos os carros de nossos correligionários da Paraíba o plástico: "O meu voto foi cassado". E realmente é uma situação esdrúxula, ou seja, é uma situação em que se prega que o derrotado deve ser empossado, o que ocorrerá. Se ocorrer será por poucos dias, porque o segundo colocado, o Sr. Raimundo Lira, também publicou milhares de cadernos que foram distribuídos na Paraíba. Logo, o terceiro colocado na

escolha de um povo será empossado, e toda a votação do povo paraibano estará cassada. Nós não podemos de maneira nenhuma concordar com isso e vamos lutar até os últimos argumentos e a última força para que a justiça permaneça. E a justiça significa Humberto Lucena assumir o mandato que a Constituição lhe permite pela vontade expressa do povo paraibano. Muito obrigado!

O SR. RONAN TITO – Eu é que agradeço, nobre Senador.

Sr. Presidente, fizemos um requerimento à Mesa para que seja autorizada a publicação dos nomes de todos aqueles parlamentares que usaram a Gráfica para fazer os seus impressos, que, no meu entendimento, são legítimos. Nesses 16 anos que estou no Congresso Nacional, sempre fiz uso da Gráfica para comunicar aquilo que eu tentei fazer aqui. Por isso acredito que temos que publicar esses nomes, para que não fique parecendo que o Senador Humberto Lucena está sozinho nessa história toda. Muitos daqueles que estão apontando o seu dedo duro, principalmente lá na Câmara dos Deputados, dizendo que isso é um absurdo, usaram mais a Gráfica do que o Senador Humberto Lucena. E é preciso que o povo conheça esse fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jacques Silva.

O SR. JACQUES SILVA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, este Congresso empossou ontem Sua Excelência, o novo Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso. E nas 27 Unidades da Federação, cada Assembléia Legislativa deu posse ao respectivo Governador de Estado. Foi a coroação do processo democrático que o inesquecível Tancredo Neves começou com aquela campanha "Diretas – Já" que levou todo o povo brasileiro às ruas, há pouco mais de 10 anos, em 1984.

Como a fatalidade impediu que Tancredo Neves saboreasse o gosto da vitória, o Brasil viveu momentos de incerteza com a súbita ausência daquele que já era seu líder maior, que felizmente, no entanto, foi superada sob a tutela do vice que assumiu sem programa de Governo e todavia proporcionou ao brasileiro um período de paz e progresso, o hoje eminente Senador José Sarney.

O Brasil sempre procurou paz, tranquilidade e estabilidade econômica que lhe oferecesse maior progresso e desenvolvimento, Senhor Presidente, e estas sempre foram as metas dos Presidentes que assumem. Quando o então Vice – Senador José Sarney – teve de assumir a Presidência da República, também era sua meta a estabilidade econômica. O País teve o seu período de inflação zero, mas lamentavelmente percalços no percurso impediram a tão sonhada estabilidade.

E a busca da paz, do progresso, da estabilidade e do desenvolvimento continua sua marcha. Sempre somando parcelas, mas ainda sem alcançar o total. O sucessor do Excelentíssimo Presidente José Sarney também teve a sua quota nessa soma. Mas, lamentavelmente, os excessos e suas parcelas de diminuição tiveram um peso muito grande no subtotal do desenvolvimento nacional.

É claro, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que o Governador Collor ofereceu muito para o crescimento do País e do seu povo. Mas apenas na área política. O Brasil deu ao mundo uma lição de democracia, retirando do Poder um governante sem golpe e sem derramamento de sangue, apenas com a vontade do povo e dos seus representantes neste Parlamento. Isso é democracia.

A cassação de Collor e a conseqüente ascensão do seu Vice, o eminente ex-Presidente Itamar Franco, que ontem passou o Poder ao Excelentíssimo Presidente Fernando Henrique Cardoso, ofereceu ao Brasil um plano econômico que vai dar certo. Primeiramente, porque foi elaborado pelo hoje Presidente da República,

que era Ministro da Fazenda de Itamar Franco e, portanto, dará continuidade. E em segundo lugar, porque conta com o apoio da sociedade em geral, desde os trabalhadores até as classes produtoras em todos os níveis, do primário ao terciário.

E foi esta a promessa do Dr. Fernando Henrique Cardoso, ontem, perante este Congresso, Sr. Presidente. O seu plano é mais uma tentativa governamental de alcançar a paz, o progresso, a estabilidade econômica e o desenvolvimento do País, do seu povo, da sua cultura, enfim, da Nação. Sua Excelência, o Presidente da República, tem agora não só a promessa, mas também o dever e – mais importante ainda – a responsabilidade do desenvolvimento nacional. É isto que o povo espera de Fernando Henrique Cardoso e do seu plano, e é isto que nós, não só os Senadores, mas os parlamentares em geral, devemos buscar e apoiar.

Sim, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o desenvolvimento nacional é a meta. E que fique em último plano o interesse particular, pois sempre foi este o fator impeditivo para oferecer ao País as condições necessárias e essenciais ao seu crescimento; ao seu progresso; à sua saúde; à sua educação; à sua segurança, e à sua ordem.

Um país que cresce e progride, com saúde e educação para o seu povo, será naturalmente uma nação em ordem e com segurança. E pelo que se ouviu ontem, do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, não é outro senão este o objetivo de Sua Excelência na Presidência da República.

E não deve ser outro o nosso objetivo neste Congresso, seja como representantes das Unidades da Federação, aqui no Senado, seja como representante da sociedade, na Câmara dos Deputados. A nossa meta deve ser também a formação de uma Nação segura e em ordem, o que não se conseguirá sem a valorização de cada setor e cada camada da população.

Não se iludam, Sr^s e Srs. Senadores. A sociedade não quer mais migalhas; a sociedade tem consciência dos seus direitos, e cada segmento social sabe como reivindicar. Nós, congressistas, devemos estar atentos às propostas que nos chegarem às mãos. Muito mais do que representantes dos Estados e da sociedade, somos principalmente cidadãos e parte desse conjunto.

O Brasil tem cerca de 150 milhões de habitantes, e desses, quase 95 milhões são eleitores, ou seja, sabem – ou pelo menos deveriam saber – alguma coisa sobre o que se decide em seu nome. Dos quase 78 milhões que votaram para Presidente da República, quase 34 milhões e 500 mil escolheram Fernando Henrique Cardoso. Quer dizer: esses mais de 54 por cento dos eleitores brasileiros confiam nas promessas do Presidente.

Mas o todo da população brasileira, confiando ou não no plano de Governo, depende do que se vai decidir aqui no Congresso e ali no Palácio do Planalto. Temos portanto – e não apenas Sua Excelência, o Presidente da República – uma grande parcela de responsabilidade no futuro do País e do seu Povo.

Porém – e vale lembrar – a maioria deste Parlamento já ofereceu apoio ao plano de Governo do Excelentíssimo Presidente Fernando Henrique Cardoso, confiante no acerto das propostas que o Executivo encaminhará à apreciação do Legislativo. Com toda certeza, de antemão já se conhece a necessidade de muitas alterações que devem ser feitas na constituição brasileira, para a prática de uma administração profícua.

Realmente é incontestável, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a necessidade de modificações substanciais nas legislações que regulamentam o Sistema Previdenciário e as estruturas fiscal e tributária do País, sem o que seria impraticável um Governo que pretende a estabilidade econômica. Talvez por isso mesmo não tenha acontecido antes.

Todavia, o mais importante agora é cumprimentar Sua Ex-

celência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela posse e desejar-lhe o cumprimento da sua meta econômica, sabendo que, com isso, o Brasil e os brasileiros poderão testemunhar o desenvolvimento do País em todos os níveis, de Norte a Sul, Estado por Estado.

E aproveito, Sr. Presidente, para estender a todos os Governadores estaduais, também empossados ontem, os cumprimentos e votos de sucesso, independentemente de coloração partidária ou ideologias, lembrando a cada um que a ele igualmente se aplica tudo o que se refere ao novo Governo Federal.

Em especial, quero cumprimentar os Governadores de nove Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Rondônia, que são filiados ao meu Partido – o PMDB – e tenho certeza saberão honrar os compromissos não só pessoais e de campanha, mas principalmente os políticos-partidários.

No Rio Grande do Sul, Antonio Britto não vai decepcionar a quem esteve junto até o último momento, e muito menos proporcionar elementos à crítica oposicionista. Igualmente, em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul, os Governadores Paulo Afonso e Wilson Martins oferecerão tudo de si para respeitar os compromissos partidários da última campanha.

Em Alagoas, a grande popularidade de Divaldo Suruagy já é naturalmente a sua apresentação e dispensa qualquer dúvida quanto ao seu Governo, o mesmo acontecendo em relação a Garibaldi Alves Filho, no Rio Grande do Norte, e Francisco de Assis – o conhecido "Mão Santa" – no Piauí.

Na Paraíba e em Rondônia, os Governadores Antonio Mariz e Valdir Raupp não terão grandes problemas nas suas administrações, notadamente a partir das expressivas votações que tiveram no último pleito – como é o caso da maioria das eleitos – e também neles PMDB e o povo depositam sua confiança em melhores dias.

Especialmente em relação a Goiás, Sr. Presidente, que tenho a honra de representar nesta Casa, quero – além de cumprimentar o Excelentíssimo Governador Maguito Vilela – lembrar que a vitória do PMDB, além de representar a sadia continuidade de um pensamento plantado pelo saudoso Pedro Ludovico Teixeira, mostra também a confiança do povo goiano na estratégia lançada e desenvolvida no Estado pelos governos do PMDB.

O Governador Maguito Vilela, que acertadamente dará continuidade – sem continuísmo – a dinâmica político-administrativa do Senador eleito Íris Rezende, entre outros, será com certeza mais um governante a cumprir com honrabilidade e responsabilidade a missão que o povo lhe outorgou e confia que ele saberá praticar.

E dentro dessa ótica de responsabilidade administrativa, não poderia deixar de consignar aqui uma saudação especial também ao criador do meu Estado Natal – o Tocantins –, Sua Excelência o

Governador Siqueira Campos, cuja batalha Legislativa para criação daquela Unidade da Federação é de todos conhecida e amplamente reconhecida.

Para felicidade do povo tocantinense, Siqueira Campos está voltando ao Governo, para continuar a consolidação do Estado, que é o grande sonho de toda aquela região. E faço votos de que sua administração seja de êxito, falando mais como tocantinense e repetindo que esta minha saudação aos novos governantes é independente de coloração partidária e de ideologias.

Cada Governador tem para com seu Estado a mesma responsabilidade do Presidente em relação ao País. E é exatamente isto que a população espera de cada um. Em outras palavras, tanto o Presidente da República quanto o Governador de Estado têm o dever de cumprir bem a missão que cada cidadão lhes confiou.

Nesse contexto, uma Unidade da Federação merece atenção especial, por ser a sede do Poder. É o Distrito Federal, de cujo Governador não só a população local espera o cumprimento do dever, mas também – e principalmente – os membros do Poder Central – o Governo da União – e os membros de Missões Diplomáticas acreditadas no Brasil.

Além dos ocupantes de cargos de importância no Governo Federal, o titular do Governo do DF tem também sob a sua responsabilidade milhares de servidores estrangeiros e diplomatas que servem às Embaixadas e outras Missões Diplomáticas dos Países com os quais o Brasil mantém relações, que são todos.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, todos esperamos que os novos governantes da União e dos Estados sejam capazes de não oferecer espetáculos degradantes e saibam responder com sabedoria, honra, eficiência e responsabilidade ao mandato que acabam de assumir.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Aluizio Bezerra – Amir Lando – Carlos De'Carli – Carlos Lyra – Dario Pereira – Epitácio Cafeteira – Fernando Bezerra – Francisco Rollemberg – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – Joaquim Beato – José Paulo Bisol – José Sarney – Lucídio Portella – Joel Hollanda – Mauro Benevides – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, a realizar-se às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul. tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPINZAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo*

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo*

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO JORNAL DO BRASIL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo*

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de **Educação**:

- **1º pronunciamento:** favorável ao projeto;
- **2º pronunciamento:** pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993 **(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do** **Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- **1º pronunciamento:** Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;
- **2º pronunciamento:** Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993 **(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do** **Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a outorga deferida ao SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador José Eduardo, em substituição à Comissão de Educação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE LAGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;
- 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a concessão outorgada à PAQUETA EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de*

sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

— 11 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO Pe. URBANO THIESEN para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. RÁDIO VERDES MARES, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL CRUZEIRO DO SUL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;
- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

15 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MONTANHÊS DE BOTELHOS LTDA. para explorar serviço de*

radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de **Educação**.

17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portela, em substituição à Comissão de **Educação**.

18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO VILA REAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá,*

Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno) .

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)*

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MARIANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)*

21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE PAULO AFONSO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE NOVA TERRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., atualmente denominada REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 23 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão da FM RÁDIO INDEPENDENTE DE ARCOVERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII,
parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

25**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994**
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do
Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRA NEGRA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

26**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1994**
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "b", do
Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1994 (nº 222/92, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Josaphat Marinho, em substituição à Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

27

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO
SENADO Nº 179, DE 1990****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do
Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que *dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, preisto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública, tendo*

-- Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição às Comissões de **Constituição, Justiça e Cidadania** e de **Assuntos Econômicos**, favorável ao Substitutivo da Câmara, com requerimentos que apresenta.

(Dependendo de parecer da Comissão de **Serviços de Infra-Estrutura**)

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1991**(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do
Regimento Interno)****(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº
233, de 1993, e Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1992)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1991 (nº 4.796/90, na Casa de origem), que *dispõe sobre o trabalho noturno e dá outras providências, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição às Comissões

- de **Assuntos Sociais**, Relator: Senador Coutinho Jorge, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta; e

- **Assuntos Econômicos**, Relator: Senador Mansueto de Lavor, favorável, nos termos do substitutivo apresentado em Plenário.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 233, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1991, e Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 1993 (nº 3.126/92, na Casa de origem), que *acrescenta § 5º ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, integrando ao salário, para todos os fins, o adicional noturno pago habitualmente*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 5, de 1991, e 233, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1992, de autoria do Senador Nelson Wedekin, que dá

nova redação ao art. 73 e seu § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

31

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 119, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 119, de 1994, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás - LFT-GO, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 1º semestre de 1995.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967*.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura)

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1994 (nº 4.801/94, na Casa de origem), que *cria e*

transforma, no quadro permanente de pessoa da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**)

34

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central; encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

35

OFÍCIO Nº S/86, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/86, de 1994, através do qual o Presidente do Banco Central do Brasil solicita autorização para que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro - LFTM-RIO, destinadas ao giro da dívida mobiliária do Município, vencível no 1º semestre de 1995. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

36**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122, DE 1993**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 94, de 1994)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que *cria a Comissão de Ciência e Tecnologia*. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora)

37**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1994**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 122, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Educação em Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia*. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora)

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1991 -
COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 - Complementar (nº 223/90 - Complementar, na Casa

de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 49 e 88, de 1991, da Comissão

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4 - CCJ, que apresenta; 2º **pronunciamento**: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1991- COMPLEMENTAR

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do
Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991 - Complementar (nº 60/89-Complementar, na Casa de origem), que *disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal*, tendo

- Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Meira Filho, 1º **pronunciamento**: favorável ao Projeto; 2º **pronunciamento**: favorável à emenda de Plenário.

(Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão)

40

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991 -
COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991 - Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, *que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

41

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 1992
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do
Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1992 (nº 1.002, na Casa de origem), *que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se referem os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto, com emendas nºs 1 e 2, que apresenta, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo de parecer sobre a emenda nº 3, de Plenário)

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1994 (nº 4.150/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, alterado pela Lei nº 7.312, de 16 de maio de 1985*, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador João França, em substituição à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que *autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal*, tendo

Parecer contrário, proferido em Plenário, Relator: Senador Ronan Tito, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 1994 -
COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Marco

Máciel, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, e dá outras providências, tendo Parecer sob nº 227, de 1994 da Comissão de
- **Assuntos Econômicos**, favorável ao Projeto com emendas 1 e 2-CAE, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do imposto de renda para bolsas de estudos de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

46

MENSAGEM Nº 314, DE 1994**Escolha de Autoridade**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 237, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 314, de 1994 (nº 899/94, na origem), de 24 de outubro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor VALDIR RIGHETTO, para exercer o cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

47**MENSAGEM Nº 349, DE 1994****Escolha de Autoridade****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 236, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 349, de 1994 (nº 991/94, na origem), de 11 de junho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor EDSON RODRIGUES-CHAVES para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

48**MENSAGEM Nº 376, DE 1994****Escolha de Autoridade**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 289, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 376, de 1994 (nº 1.125/94, na origem), de 8 de dezembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor PERSIO ARIDA para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

49**MENSAGEM Nº 393, DE 1994****Escolha de Autoridade****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 330, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 393, de

1994 (nº 1.186/94 , na origem), de 21 de dezembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor FRANCISCO LAFAIETE DE PADUA LOPES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h28min.)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PPR _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PDT _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PPR _ PI

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Fernando Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho

José Fogaça

Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor

Antônio Mariz

Aluizio Bezerra

Gilberto Miranda

Jacques Silva

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

Almir Gabriel

Teotônio Vilela Filho

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líder

Odacir Soares

Guilherme Palmeira

João Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Moisés Abrão

Affonso Camargo

Esperidião Amim

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

LIDERANÇA DO PMN**Líder**

Francisco Rollemberg

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Legislativa – Diretoria: Denise R. A. Zoghbi
Ramais: 311-3938 / 311-3939

Subsecretaria de Comissões: Diretor: Raimundo C. Silva
Ramais: 311-3488/311-3489/311-3490

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Vago

Vice-Presidente: Senador Magno Bacelar

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	RO-3111/12
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
José Fogaça	RS-3077/78
Jacques Silva	GO-3134/35
Márcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46
Pedro Simon	RS-3230/31
Wilson Martins	MS-3114/15
PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74
Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Lourival Baptista	SE-3027/28
Odacir Soares	RO-3218/19
PSDB	
Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Mário Covas	SP-3177/78
Maurício Corrêa	DF-3127/28
PPR	
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Espíndio Amin	SC-4206/07
Carlos De'Carli	AM-3079/80
PP	
Vago	João França
PDT	
Magno Bacelar	MA-3073/74
PTB	
José Eduardo	PR-4064/65
PRN	
Aureo Mello	AM-3091/92
PSB+PT+PMN	
José Paulo Bisol	RS-3224/25

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes
Fones da Secretária: 311-3972/4609/4612
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Senador Jutahy Magalhães

Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	RO-3111/12
Aluizio Bezerra	AC-3158/59

Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Vago	
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Jacques Silva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	João Rocha	TO-4071/72
Dario Pereira	RN-3098/99	Marco Maciel	PE-3197/99
Odacir Soares	RO-3218/19	Hugo Napoleão	PI-3085/86
Alexandre Costa	MA-3070/71	Raimundo Lira	PB-3201/02
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Maurício Corrêa	DF-3127/28
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
Albano Franco	SE-4055/56	Joaquim Beato	ES-3203/04

PPR

Afonso Camargo	RR-3062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
Lucídio Portella	PI-3055/56	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Carlos De'Carli	AM-3079-80	Levy Dias	MS-3015/17

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Darcy Ribeiro	RJ-4221/30
Magno Bacelar	MA-3074/75	Vago	

PTB

Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

Secretário: Raymundo Franco Diniz
Telefones: Secretaria: 311-5151/4608/7285
Sala de reuniões: 311-3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Sen. Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes
PMDB	
Ronan Tito	MG-3038/39/40
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Ruy Bacelar	BA-3161/62
Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Alfredo Campos	RO-3064/65/66
Mansueto de Lacerda	PE-3182/83/84
Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05
Jacques Silva	GO-3148/50
PFL	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Raimundo Lira	PB-3202/02
Airton Oliveira	AP-3191/92/93
Jônice Tristão	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72
Dario Pereira	RN-3098/99
Odacir Soares	RO-1118/19
Hugo Napoleão	PI-3085/87
Josaphat Marinho	BA-3173/75
Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Fernando H. Cardoso	SP-311/18	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Jutahy Magalhães	BA-3171/72

PPR

Afonso Camargo	PR-3062/63	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Espindão Amin	SC-4206/07	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Moisés Abrão	TO-3136/37	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Irapuan Costa Júnior	GO-3089/90	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Meira Filho	DF-3222/05		

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Vago	

PTB

Jonas Pinheiro	AP-3206/07	José Eduardo	PR-4059/60
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
--------------	------------	-------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3516/4605/4683

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Gersonn Camata	ES-3203/04	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Alexandre Costa	MA-3069/70	Marco Maciel	PE-3197/98
Louival Baptista	SE-3027/28	Odacir Soares	RO-3218/19
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Josaphat Marinho	BA-3173/74

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Fernando H. Cardoso	SP-3117/18

PPR

Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PTB

Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
---------------	------------	------	--

PRN

Vago		Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71
------	--	-----------------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	SP-3221/15/16	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 311-3259/3496

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA - CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dario Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Coutinho Jorge	PA-3050/53
César Dias	RR-3064/65	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Jaques Silva	GO-3134/35

PFL

Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Airton Oliveira	AP-3191/92	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Jônice Tristão	ES-3131/32	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Odacir Soares	RO-1118/19	Louival Baptista	SE-3027/28

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64
Albano Franco	SE-4055/56	Maurício Corrêa	DF-3127/28

PPR

Hydekel Freitas	RL-3028/83	Afonso Camargo	PR-3062/63
Lucídio Portella	PI-3055/56	Espindão Amin	SC-4206/07
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Moisés Abrão	MT-3136/37

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PTB

José Eduardo	PR-4059	Marluce Pinto	RR-4062/63
--------------	---------	---------------	------------

PRN

Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71	Vago	
-----------------------	------------	------	--

PSB/PT/PMN

Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Eduardo Suplicy	SP-3213/15
----------------------	------------	-----------------	------------

Secretário: Celso Parente _ Ramais 311-4354/7284/4607

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Vago

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Jacques Silva	GO-3134/35	Gerson Camata	ES-3203/04

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	João Rocha	TO-4071/72
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Alexandre Costa	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Airton Oliveira	AP-3191/92	Jônice Tristão	ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Albano Franco	SE-4055/56
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PPR

Lourenber N. Rocha	MT-3035/36	Eptácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espiridião Amin	SC-4206/07
Moisés Abrão	TO-3136/37	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Vago	

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	José Eduardo	PR-4058/59
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Aureo Meilo	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PSB/PT/PMN

José P. Bisol RS-3224/25 Francisco Rollemberg SE-3032/33

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 311-3498/4682

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente:
 Vice-Presidente:
 (17 Titulares e 9 Suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/56	Mauro Benevides	CE-3194/95
Alfredo Campos	MG-3237/38	Garibaldi Alves Filho	RN-4382/92
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05		
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59		
Ronan Tito	MG-3038/39		

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/59	Alexandre Costa	MA-3070/71
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Airton Oliveira	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-1118/19		

PSDB

Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/46
Dirceu Carneiro	SC-3179/80		

PPR

Esperidião Amin	SC-4206/07	Affonso Camargo	PR-3062/63
Moisés Abrão	TO-3136/37		

PP

João França	RR-3067/68	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
-------------	------------	-----------------	------------

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89
----------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02
--------------	------------

Reuniões: Sala nº - Ala Sen. Alexandre Costa

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral R\$ 23,53

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral R\$ 23,53

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF

CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

SENADO FEDERAL

Senador Pedro Simon
Organizador

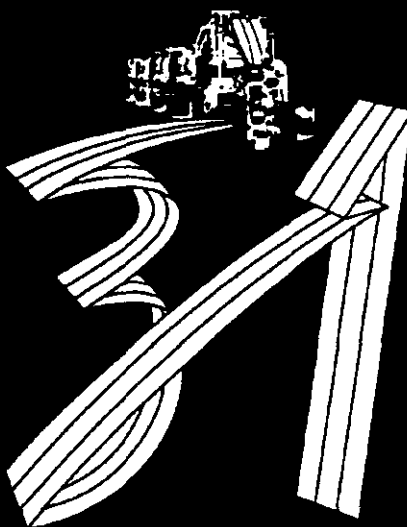
RETO

OBI

Os pedidos de aquisição devem ser dirigidos à Coordenação de Atendimento ao Usuário,
através de cheque nominal ao Centro Gráfico do Senado Federal. Via N-2, Brasília-DF
CEP 70165-900
Fone: 311-4019

Preço da Coleção: R\$25,00 (vinte e cinco reais)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS